

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº117 - OUTUBRO - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VIII

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
ROMUALDO DIAS - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

117



A MARGINALIZAÇÃO DA SEMÂNTICA E DA PRAGMÁTICA NA SALA DE AULA

MARIA DO SOCORRO DIAS LOURA



Maria Do Socorro Dias Loura
Professora e Mestra em Linguística
dias-so@uol.com.br

A MARGINALIZAÇÃO DA SEMÂNTICA E DA PRAGMÁTICA NA SALA DE AULA

O homem sempre se preocupou com a linguagem. Na Grécia antiga, os pensadores já se deixavam seduzir por questionamentos como: as palavras imitam as coisas? Como se dá os nomes às coisas? Como a linguagem se organiza?

Somente no século XX, essas e outras curiosidades começam a ter forma científica, com objeto, objetivo e método. Surge a Lingüística Moderna com o Curso de Lingüística Geral do suíço Ferdinand de Saussure, o qual propôs a língua como objeto específico de estudo da ciência. A língua é conceituada pelo mestre como um "sistema de signos", ou seja, um conjunto de unidades que estão organizadas formando um todo. Vários lingüistas surgiram após Saussure. Modernamente, Cagliari (1990, p.42) apresenta uma divisão da Lingüística: *"Podemos dividir a Lingüística em Fonética, Fonologia, Morfologia,, Sintaxe, Semântica, Análise do Discurso, Pragmática, Sociolingüística, Psicolingüística, etc. "*

A relação entre algumas destas ramificações, muitas vezes, é muito direta, o que dificulta a delimitação do campo de uma ou outra. Tomemos, por exemplo, a Pragmática e a Análise do Discurso: o que distingue, na prática, a primeira da segunda, não fica muito evidente. Outro caso, é a tênue diferença entre a Semântica e a Pragmática. Ambas têm características comuns. Para diferenciá-las, teoricamente, podemos listar alguns aspectos inerentes a uma e não a outra., entretanto, as situações apresentadas em cenários diversos nem sempre nos deixam uma perfeita distinção: isto é Semântica, isto é Pragmática.

A escola ainda privilegia a Morfologia, a Sintaxe e a Fonética, apesar das constantes críticas à gramática tradicional. Esse privilégio contribui para que muitas aulas de português ainda sejam silenciosas, sistemáticas e opressoras. Silenciosas, porque o aluno pouco ou nada se manifesta como falante da língua nativa, uma vez que a gramática internalizada é subestimada. Não sendo a fala do aluno valorizada, ele se retrai . Sistemáticas, haja vista os professores seguirem, à risca, e sem critérios a gramática tradicional, obrigando o aluno a decorar regras e exceções impostas pela norma padrão. Além disso, os professores limitam-se a trabalhar exercícios mecanizados e leituras sem objetivos pedagógicos pré-estabelecidos. Opressoras, por manipular os alunos com ideologias, geralmente, através do livro didático ou apostilas. Pode-se comprovar esta afirmação considerando-se o resultado de uma pesquisa que, embora tenha sido realizada em São Paulo, mostra a realidade do país. A professora Maria Helena Neves pesquisou seis grupos de professores de língua portuguesa no ensino fundamental e médio . Neves (1999, ps. 12, 13) constatou que:

*"As aulas de gramática consistem numa simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático em uso".
Verifica-se que os grupos de quatro exercícios mais aplicados, que são os relativos ao reconhecimento (e classificação) das classes de palavras e das funções sintáticas é responsável por 62% das ocorrências: somando-se a esse grupo as ocorrências que ocupam o quinto lugar e o sexto, que também se referem a classes de palavras e a "análise sintática", respectivamente, chega-se a um percentual de mais de 70%, o qual se eleva, se considerados os exercícios que se encontram nas posições 9, 10, 25 e 26, todos relativos a funções sintáticas."*

Não há dúvida de que, com tais procedimentos, o professor não desenvolverá, no aluno, pelo menos adequada e satisfatoriamente, as habilidades oral e a escrita. Neste caso, é ilusória a prática pedagógica da aprendizagem do ensino de língua em que o processo ensino-aprendizagem não seja um constante interagir. Esse não interagir, impossibilita o aluno perceber que a língua tem relação com o poder, com o social, podendo ser um instrumento de opressão ou libertação nos diversos grupos sociais com os quais ele convive. Neste momento, é pertinente lembrarmos Bourdieu (1983, p. 160): *"A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos."*

Bourdieu foi feliz ao fazer a afirmação acima. É verdade que usamos a língua como principal meio de comunicação para expressarmos sentimentos, emoções, como também perpetuar conhecimentos adquiridos. Entretanto, ela é muito mais: é instrumento de poder. Tem o poder de persuadir, negativa ou positivamente, poder de influir em mudanças de comportamento e valores já pré-estabelecidos pelo falante; poder de discriminar.

Gnerre (1987, p.3) retoma as palavras de Bourdieu: *"As pessoas falam para serem "ouvidas", às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos."*

Tanto Bourdieu quanto Gnerre, são enfáticos ao referir-se à relação língua e indivíduo, língua e poder, língua e sociedade, como também ao fato de que as pessoas falam não somente para se comunicar, simplesmente, isto é, a interação que deve acontecer entre aluno e professor tem que ultrapassar o simples ato informativo. Deve partir do eu para o outro, para a coletividade, levando em conta todo o contexto da realização da enunciação. Como diz Bakhtin (1999, p. 113): *"Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor."*

Da marginalização da semântica e da pragmática

Infelizmente, a palavra, durante quase toda a convivência entre o professor e o aluno, não é território comum. Não é ponte. Ao contrário, distancia, por não ter o espaço devido em muitas aulas de Português. O que chega a ser uma ironia: a palavra, principal instrumento das aulas de português, é ignorada! Não se trata somente de uso do vocabulário obscuro ou muita formalidade por parte do docente. Isso acontece, mas não é uma regra geral. Trata-se de aplicação de conteúdos, exemplos, textos - quando ocasionalmente são trabalhados - em grande parte, distantes do aluno, descontextualizados do seu mundo, da sua prática social.

Embora esteja enfatizando a habilidade da fala, sabe-se que a escrita é a preocupação maior dos nossos professores e professoras de Português, haja vista ser ela a privilegiada pela norma padrão. Entretanto, já há uma significativa porcentagem que valoriza a oralidade do aluno, pois, como afirma Castilho (1998: 13),

(...) não se acredita mais que a função da escola deve concentrar-se apenas no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita. Atenuou-se, também, a convicção de que o único papel da escola é a transmissão da norma culta. Essas novas convicções apontam para o ensino da Língua portuguesa como uma reflexão sobre a língua como atividade, não apenas como estrutura".

As práticas adotadas, pelos professores, em geral, são atividades limitadas ao exaustivo exercício da cópia de textos, o que muitas vezes recebe o nome de "pesquisa". Quanto à prática da compreensão e interpretação, acontecem sem nenhuma preparação prévia para o entendimento do texto, da sua estrutura, dos recursos utilizados pelo autor, da linguagem trabalhada. Inferências são desconsideradas. A leitura do aluno não é explicitada. Cenários não são construídos, o que possibilitaria a compreensão textual.

Em se tratando da escrita, há também sérios equívocos, já que o ato de escrever não está ligado a "técnicas" e sim às experiências do escritor. Ora, raramente o professor ou a professora leva em consideração o conhecimento prévio do autor- aluno. A preocupação maior, por parte da maioria dos docentes, limita-se a elencar técnicas de redação, por sinal escravizantes, mostrar regras do tipo "isso pode, isso não pode", delimitar números de linhas: mínimo e máximo. Escrever passa a ser uma tortura! Por que não mostrar o lado bom de escrever? Esclarecer que há vários tipos de textos, objetivos diferentes, interlocutores distintos? Mostrar que todos somos capazes, que não é uma questão de inspiração ou talento, mas de prática e de exercício. Enfim, muitos recursos e argumentos poderiam ser utilizados pelo docente.

Sobre a leitura, compreensão de textos e produção textual, Maria Helena diz que: *"As chamadas "aulas de redação" têm-se limitado a uma encomenda de textos (sob pretextos) aos alunos; dão-se temas, inícios, situações, epígrafes e solicita-se dos alunos que componham um texto sob tal motivação. (...) As aulas de leitura e interpretação, por outro lado, reduzem-se, no que respeita à atuação do professor, a uma recomendação de leitura atenta (para a interpretação) e expressiva (para o desempenho oral)". (OP.cit.ps. 51, 52)*

E o professor acredita que está trabalhando "redação". Dá todas as técnicas que conhece e algumas vezes até as que desconhece, isto é, aquelas que ele não sabe exatamente o objetivo, mas como leu em um determinado manual ou equivalente, derrama nos alunos. E ele, o aluno, continua sem escrever nada. E a culpa é atribuída, exclusivamente ao aluno: não aprende porque é desinteressado, preguiçoso, não lê. A defesa é sempre a mesma: falta de inspiração. Diz também que até sabe falar, mas na hora de escrever, principalmente escrever exatamente o que o professor "manda", não consegue, dá o famoso "branco".

Ainda sobre a leitura, compreensão e produção textual, Sena Odenildo, (2001, p.51) ratifica, de maneira bem clara, o que diz Maria Helena Neves:

"Já no que diz respeito à leitura e ao estudo de texto, o que se vê é a leitura pela leitura e a preocupação de que a chamada interpretação se restrinja apenas à transcrição e à paráfrase (quando muito), como se, ao fazer uma leitura linear ou ao transcreever partes do texto lido para o seu caderno, o aluno estivesse empreendendo uma verdadeira aprendizagem. (...) A ele não é dada a oportunidade de divergir nem de questionar as contradições, muito menos de subverter o pacote que lhe é imposto."

Grande engano do professor, da professora que pensa estar trabalhando texto em sala de aula dessa maneira. O que ele ou ela faz é contribuir para o conformismo do aluno, levando-o a ter uma visão de mundo muito estreita, já que não é utilizado o raciocínio como deveria: fazendo-o perceber referências, pressupostos, informações implícitas, subentendidos, acarretamentos, ambigüidades, conotação, contextualização, intertextualidade e tantos outros aspectos semânticos e pragmáticos que atuam no sentido das palavras. É óbvio que o professor não precisa usar tais nomenclaturas, até porque nem ele mesmo, em geral,

as conhece cientificamente. Ela, a nomenclatura, não importa para o aluno, principalmente, o aluno de ensino fundamental. Em alguns casos, poderá ser usada , quando houver necessidade, no ensino médio. O importante é que o aluno perceba os recursos utilizados pelo autor/autora, no texto escrito, como tais recursos influenciaram na leitura e na compreensão do texto.

Como demonstra a pesquisa apresentada, há toda uma atenção voltada para as outras áreas do ensino da língua, entretanto não existe, na mesma escala, uma preocupação por parte de todos os professores, em aplicar a Semântica e a Pragmática no dia-a-dia , em sala de aula, nas aulas de Língua Portuguesa. Se houvesse, o quadro apresentado pela professora Maria Helena e por tantos outros pesquisadores, indubitavelmente, seria outro.

A pesquisa mostra o quanto essas práticas são ignoradas e/ou esquecidas por muitos professores, tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio, o que me causa, verdadeiramente, uma imensa angústia. Ignoradas porque muitos dos que ensinam Português, desconhecem-nas. Esquecidas porque boa parte dos que as estudaram, não encontraram mecanismos para trabalhá-las em sala de aula. Sei que não é inédita minha preocupação. Tem-se escrito sobre o assunto, direta ou indiretamente, na vasta bibliografia da Lingüística , principalmente na aplicada ao ensino da língua. Reconheço que já começamos a colheita. Timidamente, já há alguns indícios de mudanças. Muitas escolas, muitos professores já repensam sua prática pedagógica e começam a inovar. Mesmo assim, considero relevante a abordagem, haja vista que as mudanças acontecem vagarosamente e o número de escolas e professores que ainda se fecham para elas é significativo. Acredito que seja mais um grito esperançoso querendo incitar sobre a importância e a aplicação dos princípios e métodos da Semântica e da Pragmática nas aulas de Língua Portuguesa, o que é uma preocupação constante para muitos autores, como Ilari (2001, p.12)

*"Uma das características que empobrecem o ensino médio da língua materna é a pouca atenção reservada ao estudo da significação. O tempo dedicado a esse tema é insignificante, comparado àquele que se gasta com "problemas" como a ortografia, a acentuação, a assimilação de regras gramaticais de concordância e regência, e tantos outros, que deveriam dar aos alunos um verniz de "usuário culto da língua". Esse descompasso é problemático quando se pensa na importância que as questões da significação têm, desde sempre, para a vida de todos os dias, e no peso que lhe atribuem hoje, com razão, em alguns instrumentos de avaliação importantes, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio, os vestibulares que exigem interpretação de textos e o Exame Nacional de Cursos.
(...) Ao contrário do que acontece com a "gramática", simplesmente não existe em nosso ensino a tradição de tratar do sentido através de exercícios específicos, e isso leva o professor da escola média a acreditar que, nessa área, não há nada de interessante a fazer."*

É oportuno citar mais uma vez Maria Helena: *"A semântica é um dos domínios da linguagem que têm apresentado sérias dificuldades para a investigação científica. Essas dificuldades estão intimamente ligadas à amplitude e à complexidade inerentes aos fenômenos relativos ao significado e decorrem do tipo de tratamento que a semântica tem recebido nos estudos lingüísticos."* (OP.cit. p. 7)

O amadurecimento da fonologia e da sintaxe, já evidenciado pelos autores, é marcante nas aulas de português. Já percebemos que há explicações históricas para isso. Trabalhando exclusivamente com elas, o professor sente-se mais seguro, já que tais áreas não exigem, por parte dele, a utilização mais profunda de habilidades cognitivas. Ora, se o docente não desenvolve tais habilidades em si próprio, como poderá desenvolvê-las nos discentes? Sem pensarem

juntos, sem a troca de informações e sem levar em conta o conhecimento de mundo de locutor e interlocutor, não há o "interagir". Assim sendo, o estudo da língua é direcionado apenas para o aspecto fonológico, morfológico e sintático. A língua é trabalhada apenas como um sinal e, segundo Bakhtin (1999, 92 e 94): *"Enquanto uma forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor lingüístico. A língua no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida."*

Para Bakhtin, língua e ideologia estão intimamente ligadas. Não há como se trabalhar a língua sem se falar de vida. E vida é tudo o que envolve o ser, o falante e o social, a sociedade na qual ele vive e com a qual ele convive. Dino Preti (1974, p.7) há quase trinta anos, já afirmava, acertadamente, que não há língua sem sociedade, e não há sociedade sem língua.

A tímida presença da semântica e da pragmática nas aulas de língua portuguesa

Apesar de tudo isso, encontramos professores que conseguem realizar um trabalho coerente em suas aulas. São professores e professoras que, mesmo, muitas vezes, embora policiados por uma supervisão ou direção escolar, tomam iniciativas e superam dificuldades. Interagem com alunos, fazendo-os refletir sobre o seu papel na sociedade, sobre a importância da língua em todo e qualquer ambiente em que vive, e sobre o sentido das palavras contextualizadas. Trabalham com materiais diversos: jornais, revistas, propagandas, poesias, músicas, teatro, filme e tantos outros. Aproveitam a fala, a criatividade e a história do aluno. É assim que a Semântica e a Pragmática podem fazer parte constantemente das aulas. Tornando-as vivas, dinâmicas, políticas, sociais, interativas, porque língua é vida, e vida é o nosso cotidiano, são nossos cenários construídos durante a nossa história.

É oportuno ressaltar que já há preocupação por parte dos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais – em mudar qualitativamente o processo de ensino-aprendizagem, embora consideremos que entre a teoria e a prática do nosso sistema educacional há ainda um grande hiato. Essa contemplação fica evidenciada quando os parâmetros afirmam, em relação ao estudo da linguagem, que: *"A linguagem é considerada como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido".*

Como podemos inferir, os PCN estão enfatizando que língua e sociedade se misturam. Tem-se que considerar as necessidades individuais e coletivas do falante e do interlocutor.

Seguindo as orientações dos PCN, o livro Português – volume único dedica alguns capítulos a estudos semânticos, os quais fazem referência explícita a atividades ligadas ao sentido das palavras, desenvolvendo as habilidades cognitivas, oportunizando a interação social. Já é um bom começo, considerando-se que o livro tem dezesseis capítulos. São indícios de que num futuro (acredito que não tão próximo, já que o processo de mudança é lento, requer paciência e muito trabalho) teremos um número bem maior de professores que dêem aulas considerando o aluno, que trabalhem o sentido

das palavras, frases, períodos, parágrafos, textos orais e escritos, valorizando a leitura de mundo que, como afirmou Paulo Freire, antecede a leitura das palavras. Aulas em que o professor seja consciente do seu compromisso político, ainda maior, já que é professor de Língua Portuguesa.

Não é intenção apologizar o livro didático nem afirmar que a falta dele na sala de aula inviabiliza a aplicação da Semântica e da Pragmática nas aulas. É certo que ele continua servindo de muleta para muitos professores tornando-os repetidores de discursos e ideologias de outrem sem quaisquer questionamentos. Apenas ressalto que o fato de estar havendo mudanças em alguns livros didáticos não pode ser desconsiderado.

Ezequiel Teodoro (1998. p. 58) diz que:

(...) esse apego cego ou inocente a livros didáticos pode significar uma perda crescente de autonomia por parte dos professores. A intermediação desses livros, na forma de costume, dependência e/ou "vício", caracteriza-se como um fator mais importante do que o próprio diálogo pedagógico, que é ou deveria ser a base da existência da escola. Resulta desse lamentável fenômeno uma inversão ou confusão de papéis nos processos de ensino-aprendizagem, isto é, ao invés de interagir como professor, tendo como horizonte a (re) produção do conhecimento, os alunos, por imposição das circunstâncias, processam redundantemente as lições inscritas no livro didático adotado".

O que Ezequiel afirma é constado na prática. O professor que excessivamente prende-se ao livro didático, aquele que não sobrevive sem ele, não permite que o aluno seja capaz de discernir, de questionar, de criticar, de sugerir. Torna-se um reproduzidor do autor, querendo adivinhar "o que o autor quis dizer". E a resposta tem que coincidir com a sugerida no livro do professor, caso contrário será considerada errada.

Volto a enfatizar que sou consciente de que já há muitas mudanças de comportamento por parte dos professores, entretanto ainda encontramos situações como essa: conversando com um professor, um certo dia, em uma determinada escola, no momento em que ele copiava um pequeno texto no quadro branco, perguntei a ele por que não tirava cópias do texto. Respondeu-me: "não tem máquina de xerox na escola e para o aluno sai muito caro pagar cópias de todas as disciplinas, já que não se adota livro aqui." Continuou : "Já tentamos adotar, mas meia dúzia adquire, aí não dá pra trabalhar." Concluiu dizendo: Escolho sempre textos pequenos, assim eles não gastam muito tempo para copiar. Pensei: O texto é escolhido pela quantidade de linhas, não por critérios lingüísticos e/ou pedagógicos !

Em boa parte das escolas da rede privada os livros são substituídos por apostilas, elaboradas de maneira unívoca, sem levar em consideração a localização geográfica do aluno. Não aprofundam o conteúdo e, geralmente, estão desatualizadas. Na verdade, a apostila, muitas vezes, peca bem mais que o livro didático. O interesse capitalista sobrepõe-se ao educacional.

O ensino da língua: não ensinar gramática normativa é a solução?

Sena Odenildo, (2001, p. 55) entre tantos outros desabafos sobre o ensino da língua, nos diz que:

" (...) a prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa, que deve ser entendida como prática política, será realmente libertadora quando extrapolar os limites da comunicação do discurso pedagógico oficial e privilegiar a busca da informação, predispondo professores e alunos a uma luta

constante contra a alienação. O contrário será o círculo vicioso da comunicação, da gramática pela gramática, da leitura pela leitura, do ensino pelo ensino, propósitos que tornam abusivamente estreitos os objetivos do ensino da língua."

Isso significa dizer que somente com aulas diferentes, poderemos ter estudantes falantes da língua materna que não sejam simplesmente repetidores de discursos lidos ou ouvidos, mas que sejam pensantes, conscientes, politizados, que lutem pela cidadania. As mudanças acontecem lentamente. Embora sejam tímidas, muito tímidas. E o que é pior não estão acontecendo em todas as salas de aula, em todas as escolas, em todos os municípios. Mais uma vez coloco minha prática como prova do que afirmo. Como professora de Prática de Ensino, tenho acompanhado meus alunos nas escolas públicas. Eles estão observando as aulas de professores que trabalham no 3º turno, o mais sacrificado. O que estamos vendo e vivendo é a realidade, ainda, de décadas atrás: escolas com instalações precárias, falta de material didático, professores desmotivados, cansados, que jogam o conteúdo no quadro aleatoriamente. E em 90% das salas visitadas o professor ou a professora trabalhava a gramática tradicional, pura e simplesmente. Não que desconsidere a necessidade de ensiná-la. Concordo com o que diz Possenti (1998, p.17,): *"(...) O objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico."*

Isso não pode ser negado ao aluno. Ele tem que ser consciente da necessidade de conhecer e usar, convenientemente, a norma padrão para exercer sua cidadania, uma vez que ela é a prestigiada pela sociedade. Cabe a nós fazê-lo perceber que se o receptor tem uma visão crítica diante das mensagens e/ou imagens que lhe são lançadas diariamente, será capaz de, pelo menos, tentar discernir o bem do mal, o real do sonho, a verdade do engodo, o político do politiqueiro, o honesto do corrupto e assim por diante. Entretanto, este posicionamento só é possível quando se é consciente de que nas linhas e nas entrelinhas há todo um jogo de ambigüidade, inferências, pressupostos, metáforas, etc. Todos esses recursos podem, e ao muitas vezes. Utilizados no intuito de persuadir, de enganar o interlocutor. Para poder discernir, ou seja, não cair nas falácias, é necessário que todo o cidadão tenha a possibilidade de acesso à educação e obtenha o conhecimento da linguagem padrão. Esta que é um instrumento de libertação do dominado, mas que por outro lado é também uma arma maléfica na mão dos dominantes. Isso não significa que outras variações deixem de ser importantes, ao contrário, devem ser valorizadas, têm a sua importância e beleza. O nosso sonho é que um dia a língua seja apenas um elo entre as pessoas e que não haja variação prestigiada, discriminatória, marginalizante, pois a partir do momento em que somente um determinado número de privilegiados tem acesso ao uso dessa variedade lingüística há uma discriminação social. Para o aluno, essa visão deve ser cristalina.

Quem assumiu a postura antigramatical está colaborando para a injustiça social, perpetuando a ideologia dominante, é o que afirma Ferrarezi, (2000, ps. 32.33):

"Que espécie de justiça social se faz negando aos oprimidos o domínio do instrumento que é usado para oprimi-los? Ou talvez uma outra pergunta ainda coubesse como resposta: Ao negar o conhecimento da norma gramatical a um aluno, sob a alegação da origem ideologicamente marcada dessa norma, não estou, como professor, contribuindo para que essa ideologia dominante se perpetue da mesma forma que, nas idades antiga e média era perpetuada pela manutenção da ignorância do vulgo?"

Entretanto, não há uma preocupação de usá-la adequadamente, é dada aos alunos sem critérios, sem questionamentos, sem priorizar o que realmente vai interessar à vida dele. É trabalhada de maneira exaustiva, desconsiderando aspectos importantíssimos no ensino de língua. Aspectos estes relacionados aos estudos semânticos, alguns já citados ao longo do texto. Enfim, não há motivação por parte tanto do docente quanto do discente. O professor trabalha a língua como se fosse morta, (Bakhtin já afirmava que a língua é vida), usa exemplos isolados, descontextualizados, distantes da realidade vivida. É preciso permitir ao falante, no nosso caso específico, ao aluno, que ele exerça sua competência lingüística.

Interpretar, criar, produzir é demasiadamente trabalhoso, ou ainda dificultoso por razões diversas, inclusive algumas já citadas , resta então a comodidade. Aliada a esta, a falta de segurança leva os professores a elencarem conteúdos expostos da maneira mais tradicional, um verdadeiro ritual: a explanação da matéria, os exercícios de fixação, a correção tradicional porque obedecem cegamente à Gramática Tradicional sem usá-la adequadamente como bem enfatiza Bagno, (2000, p. 17) :

"Com efeito, a Gramática Tradicional até hoje é o ponto de partida e também o pano de fundo da atividade científica e especulativa da Lingüística e da filosofia da Linguagem. Não é contra isso que nos devemos bater. Nos devemos bater é contra os usos e os abusos perpetrados por aqueles que, arrancando a Gramática tradicional do lugar que legitimamente é o seu - o da reflexão filosófica, o de ferramenta de investigação dos processos cognitivos que permitem ao ser humano fazer uso da linguagem -, impuseram-lhe o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, de verdades eternas."

Não é discutido com o aluno o que é relevante, o que servirá para a vida prática. Não são feitas reflexões sobre a língua e sua importância vital para a sociedade, não se discute sobre as regras impostas pela Gramática Normativa e as contradições nelas existentes. Os conceitos não são discutidos, analisados, questionados. Quando há a prática da interação, do questionamento, da reflexão, o aluno se sente um falante normal, sem receio de se expor, confiante, sujeito da sua própria língua, pessoa da sua fala. Sabe adequar as variações de acordo com o momento, considerando o interlocutor. Não teorizo. Já vivi na prática esse retorno. É gratificante!

Conclusão

Não se trata de defender a total exclusão da Gramática Normativa da escola. Não é isso! Cabe ao aluno o direito de conhecer as diversas variações da língua e saber usá-las adequadamente, como também ser consciente de que elas estão relacionadas a determinados prestígios sociais, e que devemos lutar para que essa discriminação lingüística acabe. Como cidadão, é um direito que ele tem. Este é um papel da Escola : ensinar Língua Padrão. Porém, cabe ao professor de português o compromisso pedagógico e político de oportunizar a real aprendizagem da língua padrão sem o massacre, sem o desfavorecimento, sem desprestigiar a outra, que é a do falante, chamada de coloquial.

Não há dúvidas de que os professores precisam ser preparados inicialmente, para então poder efetivamente mudar suas práticas. É uma longa caminhada. E muito, muito difícil para muitos. A dificuldade se dá por vários motivos, começando pelo próprio terreno da Semântica e da Pragmática, pela falta de aperfeiçoamento adequado para os docentes, que geralmente fazem treinamentos relâmpagos, os quais, em geral, não têm continuidade, isto é, não é dado

suporte institucional aos participantes. Estes voltam para sala de aula, quase sempre, motivados, querendo aplicar essa ou aquela técnica nova que aprenderam, pôr em prática a teoria adquirida, ler os livros indicados... Mas não passa disso, vem a rotina e tudo começa como era antes: abram o livro na página tal, façam o exercício, procurem no dicionário analisem sintaticamente as orações, o que o autor quis dizer com...

Bibliografia consultada

- BAGNO, Marcos . **Dramática da língua portuguesa**. São Paulo: Loyola, 2000
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999
- GNERRE, Maurizzio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985
- ILARI, Rodolfo . **Iniciação à Semântica**. São Paulo: Contexto, 2001
- JÚNIOR, Celso Ferrarezi. **Discutindo linguagem com professores de português**. São Paulo: Terceira Margem, 2000
- MARQUES, Maria Helena D. **Iniciação à Semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999
- NEVES, Maria Helena M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1999
- POSSENTI, Sírio (1998): **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras.
- SENA, Odenildo (2001): **Palavra, Poder e Ensino da Língua**. Manaus: Valer

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos publicados

*depois não havia mundo
depois tudo era nada
misturado a coisa alguma*

*então o sol secou o lago
e a língua também*

CARLOS MOREIRA